

11

GESTÃO EMPRESARIAL
ECONOMIA

CONTABILIDADE SOCIAL I



11

ECONOMIA CONTABILIDADE SOCIAL I



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Entender a Contabilidade Social e os diversos instrumentos de mensuração capazes de aferir o movimento da economia de um país num determinado período de tempo.



COMPETÊNCIAS

Avaliar os conceitos de agregados macroeconômicos.



HABILIDADES

Diferenciar os agregados macroeconômicos; definir as contas da atividade econômica conforme as suas particularidades e o período definido.

APRESENTAÇÃO

Já estudamos anteriormente que a Microeconomia estuda os mercados de forma isolada, já a macroeconomia estuda todos os mercados em conjunto.

O problema é que uma sociedade produz sapatos, café, soja, roupas, enfim uma enorme variedade de mercadorias. Como fazer então para medir toda essa produção? Como saber o preço de todas as mercadorias em conjunto?

Para que as análises macroeconômicas pudessem ser efetivadas, surgiu a contabilidade social, ou seja, um instrumental que permite mensurar a totalidade das atividades econômicas.

Para tanto, nesta Unidade vamos falar sobre o sistema de contabilidade social, abordando os principais agregados macroeconômicos e a forma de mensurá-los.

Está preparado?

PARA COMEÇAR

Como foi visto Microeconomia estuda os mercados de forma isolada, já a macroeconomia estuda todos os mercados em conjunto. Quando estamos analisando um mercado específico, podemos determinar o quanto foi produzido e vendido de sapato e qual o preço praticado no mercado.

Se a macroeconomia tem como objeto a união de todos os mercados, como podemos saber o total que foi produzido na economia e vendido e qual o preço?

O problema é que uma sociedade produz sapatos, café, soja, roupas, enfim uma enorme variedade de mercadorias. Como fazer então para medir toda essa produção? Como saber o preço de todas as mercadorias em conjunto?

Nesta UA vamos falar sobre o sistema de contabilidade social, abordando os principais agregados macroeconômicos e a forma de mensurá-los.

Vamos lá!



ATENÇÃO

Os agregados macroeconômicos são determinados a partir de um sistema contábil que trata o país como se ele fosse uma grande empresa que produz um único produto, o produto nacional bruto, que é o agregado de tudo que é produzido nessa economia.

FUNDAMENTOS

Para que as análises macroeconômicas pudessem ser efetivadas surgiu a contabilidade social, ou seja, um instrumental que permite mensurar a totalidade das atividades econômicas.

Podemos conceituar **contabilidade social ou contabilidade nacional** como sendo um registro contábil da atividade produtiva de um país ao longo de um determinado período de tempo. No Brasil, as contas nacionais começaram a ser elaboradas em 1947 pela Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, passando em 1986 para o IBGE.

Vivemos em um sistema econômico, onde tudo pode ser avaliado monetariamente, de forma que toda a imensa variedade de diferentes bens e serviços que uma economia é capaz de produzir pode ser transformada em algo de mesma importância, ou seja, a moeda ou dinheiro. Dessa maneira, é possível agregar e mensurar uma infinidade de diferentes transações, permitindo avaliar a evolução da economia.

A contabilidade nacional mede a atividade econômica a partir de sua expressão mais genérica – o produto da economia – para, em seguida, e a partir dele, introduzir novos conceitos e assim observar a atividade econômica. Mankiw (2005) indica que o produto na economia é a soma de tudo que foi produzido em um país durante determinado período de tempo, geralmente um ano, tratando-se de um fluxo. Esses conceitos são chamados de agregados e recebem essa denominação pelo fato de não serem simplesmente uma soma de parcelas que expressam da mesma forma e na mesma unidade de medida, mas sim uma soma de coisas diferentes (bens e serviços).

Com base no produto, podemos analisar o crescimento econômico de um país, ou seja, para ter crescimento econômico, em determinado período, precisamos de um aumento na produção do país.

Dentro de um processo produtivo, existem alguns produtos que não atendem diretamente a necessidade das pessoas, porém são usados

como insumos na produção. Na contabilidade social, consideramos apenas as transações com bens e serviços finais.

Vamos considerar um exemplo da indústria automobilística. Na produção de automóvel, as indústrias necessitam de aço, que entra como um bem intermediário no processo produtivo, para então oferecer no mercado um produto pronto: o carro. Nesse caso, a medição do produto não ocorre pela soma do valor da produção em todas as etapas do processo produtivo, mas apenas ao valor da produção de bens e serviços finais, ou seja, daqueles que atendam diretamente as necessidades humanas.



ATENÇÃO

A produção é a atividade econômica que objetiva ajustar a natureza para a criação de bens e serviços que admitam a satisfação das necessidades humanas.

1. O FLUXO CIRCULAR DE RENDA

Vamos explicar o fluxo circular da renda, conforme mostra a Figura 1. O fluxo circular da renda foi abordado na UA 2, e aqui vamos inserir mais um setor, o setor governo. Para que possamos assimilar o conteúdo proposto desta UA, vamos recapitular alguns conceitos de fluxo circular da renda.

Inicialmente vamos considerar a economia simplificada, utilizando alguns conceitos apresentados por Vasconcellos e Garcia (2008), onde existem apenas os dois setores: famílias, que são proprietárias dos fatores de produção (trabalho, capital e terra), e empresas, que compram os fatores de produção das famílias para combiná-los e gerar uma oferta de bens e serviços, ou seja, a produção na economia.

Durante o processo de produção, em que são obtidos bens e serviços, as empresas remuneram os fatores de produção por elas empregados: pagam salários aos seus funcionários, aluguel pelas instalações que ocupam, juros pelos financiamentos obtidos e distribuem lucros aos seus proprietários. Essa remuneração é recebida pelos proprietários dos fatores de produção e permite-lhes adquirir os bens e os serviços de que necessitam. Uma pessoa que trabalha numa fábrica de roupas, por exemplo, não vai adquirir apenas o produto de seu trabalho (as roupas) com o salário que recebe.

Conforme mostra a Figura 1, nós temos o fluxo real e o fluxo monetário. O fluxo real constitui a oferta da economia, ou seja, tudo aquilo que foi produzido e estiver à disposição dos consumidores. O fluxo monetário, formado pelo total da remuneração dos fatores produtivos,

constitui o montante de que as pessoas dispõem para satisfazer às suas necessidades e desejos. Esse fluxo representa a demanda, ou a procura, da economia.

Na Figura 1 é possível verificar ainda o setor governo, que torna essa economia com três setores. O setor governo será explicado na seção 4, onde entenderemos melhor qual a contribuição do governo para a formação do produto nacional.

Figura 1. Fluxo circular da renda com três setores.



2. PRODUTO, RENDA E DESPESA

Através do fluxo real e do fluxo monetário, podemos analisar a atividade econômica por meio de três óticas: o produto nacional, despesa nacional e renda nacional.

2.1. PRODUTO NACIONAL

O produto nacional (PN) é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no decorrer de um período. Podemos conceituar valor como o preço de diferentes bens, fazendo com que o produto nacional seja avaliado em termos monetários. No valor dos bens e serviços finais, não consideramos os bens e serviços intermediários, evitando uma dupla contagem.

Por exemplo, não consideramos como produto nacional o trigo, a farinha e o pão ao mesmo tempo, pois o trigo e a farinha já estão incorporados no valor do pão.

Na economia o produto nacional é representado pela seguinte fórmula:

$$PN = \sum_{i=1}^n p_i \times q_i$$

Onde:

- **PN** = produto nacional;
- p_i = preço unitário dos bens e serviços finais;
- q_i = quantidades produzidas dos bens e serviços finais;
- \sum = símbolo de somatório, ou soma;
- i = bens e serviços finais.

2.2. DESPESA NACIONAL

Despesa nacional (DN) corresponde aos gastos dos agentes econômicos com o produto nacional, ou seja, é o valor das despesas dos diversos agentes na compra de bens e serviços finais, que é representada como:

$$DN = \text{Despesas de consumo (c)}$$

2.3. RENDA NACIONAL

A renda nacional corresponde à soma de todos os rendimentos pagos às famílias, que são proprietárias dos fatores de produção, através da utilização de seus serviços, em dado período de tempo.

$$RN = \text{Salários} + \text{Aluguel} + \text{Juros} + \text{Lucros}$$

Como vimos acima, existem três óticas que permitem aferir o resultado econômico agregado de um país. Produto nacional, despesa nacional e renda nacional, consistem em conceitos diferentes, porém levam ao mesmo valor numérico. Assim temos:

$$PN = DN = RN$$

De que maneira isso é possível? Como estamos considerando uma economia simplificada, não existem estoques, as empresas vendem tudo que produziram, assim:

$$\text{Produção (PN)} = \text{Vendas (DN)}$$

Considerando apenas os produtos finais excluindo os produtos intermediários, tudo que as empresas recebem pela venda de bens e serviços (PN = DN) gastam apenas com os pagamentos aos fatores de produção, que são os salários, juros, aluguéis e lucro. Lembrando que renda nacional são os gastos das empresas nos pagamentos aos fatores de produção, temos então:

$$PN = DN = RN$$

Essas são as três óticas utilizadas para medir o resultado da atividade econômica de um país em determinado período de tempo. Também é possível contabilizar o produto por meio do chamado valor adicionado,

ou seja, considera-se em cada etapa do processo produtivo aquilo que foi acrescido (adicionado) ao valor dos bens intermediários.

Suponhamos que em determinado país o único produto consumido por seus habitantes seja o pão. A produção é feita conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Produção de pão.

PRODUÇÃO	VENDAS NO PERÍODO (1)	CUSTOS DOS BENS INTERMEDIÁRIOS (2)	VALOR ADICIONADO (1) – (2)
Trigo	8	0	8
Farinha	11	8	3
Pão entregue	31	11	20

Na Tabela 1 o valor de bens finais é 31 e que corresponde também à soma do valor adicionado. A produção de farinha foi de 11 e de trigo de 8. Nessa produção de pães, utilizou-se todo o trigo e toda a farinha. Dessa maneira, se somarmos toda a produção de cada um dos bens, chegaremos a 50, que é chamado de Valor Bruto da Produção (VBP).

Até agora nós vimos que podemos analisar a atividade econômica por meio de três óticas: o produto nacional, despesa nacional e renda nacional, considerando uma economia simplificada, onde existem apenas dois setores: famílias e as empresas.

3. ECONOMIA COM FORMAÇÃO DE CAPITAL

Nós vamos considerar agora uma economia com dois setores, famílias e empresas, mas aqui as famílias não gastam tudo que recebem, elas poupam uma parcela da sua renda. As empresas também não gastam todo o valor adquirido com as vendas apenas no pagamento dos fatores de produção, elas produzem e investem em bens de capital.

3.1. CONCEITO DE POUPANÇA

Podemos conceituar poupança como os recursos disponíveis (salários, juros, aluguéis e lucros) que não são utilizados em bens de consumo no momento presente, temos que:

$$S = RN - C$$

Onde C é o consumo agregado e S é utilizado como poupança, derivada do inglês saving.

3.2. CONCEITO DE INVESTIMENTO

Conceituamos investimento (I) como sendo a aquisição de bens de produção, bens de capital ou intermediário (máquinas e imóveis), que objetivam aumentar a produção no período seguinte. O Investimento é o gasto em

bens que representam aumento da capacidade produtiva da economia, sendo também denominado de Acumulação de Capital.

3.3. CONCEITO DE DEPRECIAÇÃO

Depreciação (d) significa a redução do valor de um ativo num determinado período de tempo, geralmente um ano. Os bens de capital, por exemplo, as máquinas sofrem um desgaste até que se tornem obsoletas.

3.4. CONCEITO DE INVESTIMENTO BRUTO E LÍQUIDO, PRODUTO NACIONAL BRUTO E LÍQUIDO

Através do conceito de depreciação podemos diferenciar investimento bruto (IB) de investimento líquido (IL), ou seja, investimento líquido é a diferença entre o investimento bruto e a depreciação em determinado período, segue que:

$$\mathbf{IL = IB - d}$$

O mesmo raciocínio se aplica para o produto nacional, que pode ser bruto ou líquido. Produto nacional líquido (PNL) é igual ao valor do produto nacional bruto (PNB), menos a depreciação em determinado período.

$$\mathbf{PNL = PNB - d}$$

Em outras palavras, podemos analisar no produto nacional apenas o aumento da capacidade produtiva, em termos brutos, ou avaliar seu desgaste (depreciação) em termos líquidos.

4. GASTOS DO GOVERNO

A economia simplificada com apenas dois setores, famílias e empresas, passa agora por um desvio de parte do fluxo circular devido à arrecadação de impostos, tanto para as famílias quanto para as empresas. Como apresentado por Pinho e Vasconcelos (2006), o papel que o governo exerce tende a aumentar o fluxo de renda, pois, salvo em casos excepcionais, ele arrecada para gastar e não para entesourar.

Os gastos do Governo são os gastos em bens ou serviços adquiridos pelas esferas do governo (União, Estados e Municípios), como pode ser visto na Figura 1. Entretanto, como os bens e serviços fornecidos não tem preço de mercado, o valor de sua produção é medido pelo custo, ou seja, pelos salários pagos e pela aquisição de bens e serviços. A contribuição do governo ao produto nacional ou a renda nacional é obtido pelo montante de salários e ordenados realizado em determinado período de tempo.

As receitas do governo provêm de impostos. Já as transferências e subsídios que o governo realiza, correspondem aos pagamentos a indivíduos, as empresas e ao exterior sem contrapartidas de serviços (por exemplo, aposentadorias e pensões).

5. PRODUTO NACIONAL A CUSTO DE FATORES E PRODUTO NACIONAL A PREÇOS DE MERCADO

O preço de mercado de um produto corresponde aos preços que os bens e serviços apresentam na realidade. No entanto, a existência do governo e de seus instrumentos fiscais modifica o preço final dos produtos. Esses instrumentos fiscais são os impostos (diretos e indiretos), taxas, subsídios e contribuições.

Dessa maneira, é necessário diferenciar os conceitos de custos de fatores e preço de mercado. Custo de fatores é o que a empresa recompensa aos fatores de produção (salários, juros, lucros e aluguéis), enquanto preço de mercado, que é o preço final pago na venda, acrescenta ao custo de fatores de produção impostos indiretos (ICMS e IPI) e diminui os subsídios.

Assim, por exemplo, se temos o produto nacional líquido a custo de fatores, podemos chegar ao produto nacional líquido a preço de mercado da seguinte maneira:

PNL a custo de fatores = RNL a custo de fatores + impostos indiretos – subsídios

Ou:

$$\text{PNLpm} = \text{RNLcf} + \text{impostos indiretos} - \text{subsídios}$$

A mesma lógica se aplica quando falamos das diferenças em termos brutos: se considerarmos, por exemplo, a RNBcf (renda nacional bruta a custo de fatores) em vez de RNLcf (renda nacional líquida a custo de fatores), chega-se ao PNBpm (produto nacional bruto a preço de mercado), ao se somarem impostos indiretos e subtraírem os subsídios.

6. RENDA PESSOAL DISPONÍVEL

Outra medida importante na economia é a da renda pessoal. Caso subtraíamos da Renda Nacional os lucros detidos pelas empresas, os impostos diretos das empresas (imposto de renda) e as contribuições feitas à previdência social, e somarmos as transferências do governo, ou seja, despesas com os inativos, pensionistas, salário família e outros benefícios pagos pela previdência pessoal mais os juros pagos, teremos renda pessoal (RP). A Renda Pessoal é o agregado macroeconômico destinado aos consumidores residentes no país, dessa forma temos:

$$\text{Renda pessoal disponível} = \text{RNLcf} - \text{lucros retidos} - \text{impostos diretos} - \text{contribuições previdenciárias} - \text{outras receitas correntes do governo} + \text{transferências do governo às famílias}$$

Em outras palavras, a renda pessoal disponível representa o quanto sobra para as famílias para definirem: gastar na compra de bens e serviços ou poupar.

7. RENDA LÍQUIDA DO EXTERIOR

Nós sabemos que, na atualidade, os países possuem uma grande integração entre suas economias. Do ponto de vista econômico, essa integração ocorre quando existe um deslocamento de fatores de produção de um país para outro.

O fator que mais se destaca nessa relação entre os países é o fator capital. Suponhamos que uma grande empresa brasileira abra uma filial em outro país. Quando isso acontece essa empresa desloca capital para o outro país, pois está comprando máquinas, equipamentos, entre outros. Porém, a renda gerada por esse investimento em outro país retornará para o país de origem. Chamamos esse acontecimento de renda recebida do exterior (RR).

Por outro lado, caso uma empresa norte americana, por exemplo, possua uma filial no Brasil, a remuneração dos fatores de produção vai para fora do país, formando a renda enviada ao exterior (RE).

O valor líquido dessa entrada e saída de recursos é conhecido como renda líquida do exterior (RLE).

8. PRODUTO INTERNO BRUTO, PRODUTO NACIONAL BRUTO E RENDA LÍQUIDA DO EXTERIOR

Para finalizarmos esta primeira UA sobre contabilidade social, é necessário dizer como vamos medir o produto nacional bruto da economia (PNB).

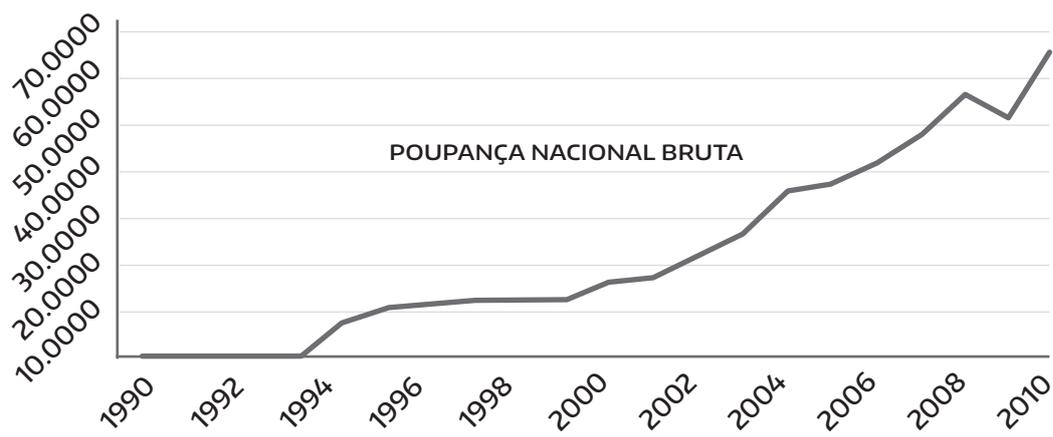
Na economia temos outro agregado muito importante conhecido como produto interno bruto (PIB). Nesta UA, o que nos interessa saber é que PIB corresponde à somatória de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional em determinado período de tempo. A próxima UA de contabilidade social será dedicada integralmente à explicação do produto interno bruto.

Somando o PIB com a renda recebida do exterior e subtraindo com a renda enviada ao exterior, temos o produto nacional bruto, que representa a renda que efetivamente cabe aos residentes do país, temos então:

$$\text{PNB} = \text{PIB} + \text{RLE}$$

A renda líquida enviada ao exterior equivale à diferença entre as exportações e as importações. As exportações são as compras de bens e serviços por estrangeiros, como, por exemplo, soja e sapatos. Já as importações são os bens e serviços comprados do resto do mundo, e que entram no país diariamente.

Figura 2. Evolução do Produto Nacional Bruto em R\$ (milhões).



A Figura 2 apresenta a evolução do Produto Nacional Bruto na nossa economia no período de 1990 a 2010. A renda pertencente aos residentes no país evoluiu significativamente ao longo desse período, principalmente após o ano de 1994, indicando um crescimento da renda nacional.



ANTENA PARABÓLICA

Quando falamos em produto nacional bruto estamos falando de uma medida de atividade econômica. Na economia nos deparamos com diversas mudanças nos hábitos de consumo dos brasileiros, por exemplo, de quatro em quatro anos nós temos a Copa do Mundo de Futebol. Esse evento estimula o consumo de produtos que representam o nosso país. Podemos citar aqui camisetas, bonés, entre outros. Com esse acontecimento a atividade econômica ficará aquecida, isto é, nós teremos um aumento no consumo por parte das famílias e um aumento na produção por parte das empresas.

Um exemplo pode ser visto por meio de uma matéria apresentada pelo jornal *Valor Econômico*. Refere-se à construção do estádio do Corinthians, em Itaquera, que receberá a abertura da Copa do Mundo de 2014. Com isso, o PIB da cidade de São Paulo poderá ter um acréscimo de R\$ 30 bilhões nos próximos anos até o fim dessa década. Boa parte dessa expansão, estimulada pelo estádio, pela valorização imobiliária e pela atração de novos setores para a região com a construção de um parque tecnológico e escolas técnicas, deverá se concentrar na zona leste, que poderá receber mais de R\$ 1 bilhão em obras em três anos. Os investimentos poderão reverter a dinâmica existente hoje na região, que concentra 35% da população, mas oferece apenas 15% dos empregos disponíveis em São Paulo e exibe renda familiar quase R\$ 1.000 abaixo da média do município.¹

1. Revista *Valor*.
Disponível em:
<http://www.valor.com.br/impreso/brasil/estadio-pode-somar-ao-pib-r-30-bilhoes>



LEMBRE-SE

Produto Nacional é igual à Despesa Nacional
que é igual à Renda Nacional.



E AGORA, JOSÉ?

Vamos fazer uma síntese do conteúdo apresentado nesta UA:

- A contabilidade nacional mede a atividade econômica a partir de sua expressão mais genérica – o produto

da economia – para, em seguida, e partir dele, introduzir novos conceitos e assim observar a atividade econômica;

- Através do fluxo real e do fluxo monetário, podemos analisar a atividade econômica por meio de três óticas: produto nacional, despesa nacional e renda nacional;
- Produto nacional (PN) é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no decorrer de um período;
- Despesa nacional (DN) corresponde aos gastos dos agentes econômicos com o produto nacional, ou seja, é o valor das despesas dos diversos agentes na compra de bens e serviços finais;
- Renda nacional corresponde à soma de todos os rendimentos pagos às famílias, que são proprietárias dos fatores de produção;
- Poupança pode ser definida como os recursos disponíveis (salários, juros, aluguéis e lucros) que não são utilizados em bens de consumo no momento presente;
- Investimento significa a aquisição de bens de produção, bens de capital ou intermediário, que objetivam aumentar a produção no período seguinte;
- Depreciação significa a redução do valor de um ativo num determinado período de tempo;

Agora que você já aprendeu os principais agregados macroeconômicos que fazem parte da Contabilidade Social, chegou a hora de aprender sobre outro indicador de grande importância na nossa economia, o PIB. Na próxima UA vamos falar do Produto Interno Bruto, sua composição, evolução e principais características.

Bons estudos!

GLOSSÁRIO

Bens de capital: bens utilizados na produção de outros bens, como máquinas, equipamentos e instalações.

Bens de consumo: bens destinados diretamente ao atendimento das necessidades humanas. Podem ser classificados em duráveis (automóveis) ou não duráveis (alimentos).

Bens intermediários: bens que são transformados ou agregados na produção de outros bens e que se esgotam no processo produtivo.

Consumo: a despesa das famílias em bens e serviços.

REFERÊNCIAS

MANKIW, N. G. **Introdução a economia.** Thomson Pioneira, 2005.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. **Manual de introdução a economia.** Saraiva, 2006.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia.** Saraiva, 2008.